

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

**PARA A FORMAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADO À
ELABORAÇÃO DE TRÊS ESTUDOS SOBRE SIMPLIFICAÇÃO E AUTOMAÇÃO DE PROCEDIMENTOS
SUBJACENTES À ANÁLISE DE CANDIDATURAS, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E DE DESPESA NO ÂMBITO
DO PT2030 E RESPECTIVO DESENVOLVIMENTO APLICACIONAL**

PROGRAMA DO CONCURSO

R/0119/2022



Artigo 1º

Objeto do concurso

1. O presente concurso, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia e no Diário da República, nos termos do artigo 20º, nº 1, alínea a), do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação, destina-se à escolha de uma proposta para a execução de um contrato de aquisição de serviços destinado à elaboração de três estudos sobre simplificação e automação de procedimentos subjacentes à análise de candidaturas, contratação pública e de despesa no âmbito do pt2030 e respetivo desenvolvimento aplicacional, de acordo com as especificações constantes na Parte II do Caderno de Encargos.
2. O processo aquisitivo compreende os seguintes Lotes:
 - a. **Lote 1 - análise de procedimentos de avaliação candidaturas**, compreendendo os seguintes serviços:
 - Definição do *As Is* - diagnóstico e *benchmark*
 - Definição to *To Be* - instrumentos de análise e procedimentos
 - Desenvolvimento de automação
 - b. **Lote 2 - análise de pedidos de pagamento**, compreendendo os seguintes serviços:
 - Definição do *As Is* - diagnóstico e benchmark
 - Definição to *To Be* - instrumentos de análise e procedimentos
 - Desenvolvimento de automação
 - c. **Lote 3 - análise de contratação de pública**, compreendendo os seguintes serviços:
 - Definição do *As Is* - diagnóstico e benchmark
 - Definição to *To Be* - instrumentos de análise e procedimentos
 - Desenvolvimento de automação



3. Bolsa de 250 horas em cada um dos lotes, destinadas a serviços de manutenção e garantia do produto.

Artigo 2º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P., adiante designada por Agência, I.P., com sede na Avenida 5 de Outubro, nº 153, 1050-053 Lisboa, telefone nº 218814000, telefax nº 218881111 e endereço de correio eletrónico: agencia@adcoesao.pt.

Artigo 3º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo da Agência, I.P., de 19 de maio de 2022, nos termos do artigo 17º, nº 1 alínea c) do DL nº 197/99, de 8 de junho e do artigo 38º, nº 3 da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro, com a redação em vigor.

Artigo 4º

Plataforma eletrónica

1. O presente procedimento é tramitado exclusivamente de forma eletrónica, na plataforma eletrónica utilizada pela Agência, I.P. acessível em <https://www.acingov.pt>, não sendo admitido qualquer outro meio de intervenção no procedimento.
2. A participação no presente procedimento depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação referida no nº 1, devendo os interessados acautelar o tempo necessário para o efeito, não sendo aceite qualquer pedido de prorrogação de prazo de entrega de propostas por atrasos do interessado nessa inscrição.
3. As peças do procedimento são as indicadas na Informação Geral relativa ao presente procedimento constante na plataforma eletrónica, estando nela disponíveis para *download* gratuito, sendo facultado acesso ao procedimento, até ao termo do prazo de entrega das propostas, através do registo como interessado.
4. Em caso de existência de dúvidas relativamente à utilização da plataforma eletrónica, devem os interessados contactar o *helpdesk* por esta disponibilizado.

Artigo 5º

Publicitação do concurso

1. O anúncio do concurso é publicado no Jornal Oficial da União Europeia e no Diário da República, e disponibilizado na plataforma eletrónica utilizada pela Agência I.P. referida no artigo anterior.



2. O Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos são também disponibilizados na mesma plataforma eletrónica.

Artigo 6º

Esclarecimentos sobre as peças do procedimento e erros e omissões do caderno de encargos

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso e as listas com a identificação dos erros e omissões das peças do procedimento devem ser apresentados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo anterior, até às 23h59m do dia em que se cumpre um terço do prazo para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri na plataforma eletrónica, até às 23h59m do dia em que se cumprem dois terços do prazo para apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões das peças do procedimento identificados pelos interessados, indicando os termos do suprimento de cada um dos erros e/ou das omissões aceites, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do prazo mencionado no nº anterior, não sejam por aquele órgão expressamente aceites.
4. Independentemente do disposto nos números anteriores, a Agência, I.P. pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, nos mesmos prazos referidos no número anterior, ou até ao final do prazo de apresentação das Propostas, atendendo-se, neste caso, ao disposto no artigo 64.º do CCP, para efeitos de prorrogação do prazo fixado para a apresentação das Propostas.
5. As retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizadas na plataforma eletrónica e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados desse facto.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7º

Impedimentos

1. Não podem ser Concorrentes ou integrar qualquer Agrupamento as entidades que se encontrem em qualquer das situações de impedimento referidas no n.º 1 do artigo 55.º do CCP.
2. Sem prejuízo do regime da relevação dos impedimentos previsto no artigo 55.º-A do CCP, a verificação de qualquer uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º daquele Código, relativamente a qualquer dos Concorrentes ou, no caso de Agrupamentos, a qualquer dos seus



membros, determina a exclusão da Proposta apresentada mesmo que, no caso de Agrupamentos, a irregularidade não se verifique em relação aos demais elementos que os integram.

Artigo 8º

Agrupamentos

1. Podem ser Concorrentes agrupamentos de pessoas coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um Agrupamento concorrente não podem ser simultaneamente Concorrentes no âmbito deste procedimento, nem integrar outro Agrupamento Concorrente.
3. Todos os membros do Agrupamento são solidariamente responsáveis, perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da Proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do Agrupamento Concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de Consórcio Externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

Artigo 9º

Apresentação de proposta, por Lotes

A apresentação de proposta(s) é formalizada individualizadamente, por lote, devendo ser indicado(s), expressa e inequivocamente, o(s) lote(s) a que concorre, sob pena de exclusão.

Artigo 10º

Documentos que constituem a proposta, por Lote

1. As propostas são obrigatoriamente constituídas pelos seguintes documentos, **sob pena de exclusão**:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), cujo modelo pré-preenchido pela entidade adjudicante, em formato XML, consta como Anexo I ao presente Programa do Procedimento;
 - b) Documento que contenha os atributos da proposta submetidos à concorrência, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, tendo em conta as especificações técnicas constantes do caderno de encargos, composto pelos seguintes elementos:
 - i) Documento com o preço global da proposta indicado em algarismos e por extenso, não incluindo o IVA;
 - ii) *Curriculum vitae* de cada um dos elementos que integram obrigatoriamente a equipa afeta à execução do contrato a celebrar, para efeitos do cumprimento dos requisitos constantes da Parte II do Caderno de Encargos, devendo ser remetido o necessário



consentimento para transmissão dos dados pessoais e da sua publicação na plataforma baseGov, para efeitos do Regulamento nº 679/2016 e da Lei nº 58/2019, de 8 de agosto. Os *curricula* devem ser acompanhados de comprovativo das certificações exigidas pela Parte II do Caderno de Encargos ;

- iii) Documento descritivo da metodologia proposta para execução do contrato, de acordo com a Parte II do CE.
- 2. Para efeitos de apresentação do DEUCP referido na alínea b) do nº 1, os concorrentes deverão aceder à área específica do Portal BASE (em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>), selecionar a opção “Importar um DEUCP”, efetuar o *upload* do modelo pré-preenchido (ficheiro XML) disponibilizado em Anexo I ao presente Programa do Concurso e preencher o remanescente do documento na parte aplicável.
- 3. Em caso de divergência entre o preço indicado em algarismos e por extenso prevalece, para todos os efeitos, o preço indicado por extenso.
- 4. O documento a que se refere a alínea b) do nº 1 é obrigatoriamente apresentado, sob pena de exclusão, de acordo com o modelo de proposta, que constitui o Anexo II ao presente programa do concurso.
- 3. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída pela designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
- 5. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 6. A documentação técnica, incluindo manuais, deverá estar disponível em língua portuguesa e inglesa

Artigo 11º

Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4º até às 23h59m do 30º (trigésimo) dia, a contar da data do envio do anúncio, para publicação, no Diário da República e no JOUE.

Artigo 12º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.



Artigo 13º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes requisitos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e o poder de representação do concorrente.
3. Quando a assinatura eletrónica não comprove os poderes de representação do assinante, tem de ser submetida, juntamente com a proposta, **e sob pena de exclusão**, o(s) documento(s) que comprove(m) os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os números 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos referidos nos nºs 2 e 3 deste artigo.

Artigo 14º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 90 (noventa) dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

Artigo 15º

Análise das propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação, e termos ou condições.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele a verificação de alguma das situações identificadas nº 2 do artigo 70º e artigo 146º, ambos do CCP e ou para as quais o presente Programa do Concurso preveja expressamente a exclusão.

Artigo 16º

Critério de adjudicação



A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada através da modalidade multifator, de acordo com o modelo de avaliação das propostas constante do Anexo III ao presente Programa do Procedimento.

Artigo 17º

Critério de desempate

1. Em caso de empate de propostas ordenadas em primeiro lugar para cada um dos lotes a concurso, o critério de desempate é o dos fatores e subfatores do critério de adjudicação, por ordem decrescente de ponderação relativa.
2. No caso de se manter a situação de empate, efetuar-se-á um sorteio, para o qual serão convidados a assistir os representantes dos concorrentes que apresentaram as propostas em relação às quais se verifica o empate, mas a sua falta não impedirá a realização daquele.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, o júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da sua realização.
4. O sorteio realizar-se-á presencialmente com o júri do procedimento e os concorrentes, exceto se qualquer um deles requerer ao júri que pretende assistir ao sorteio através de videoconferência.
5. A ausência de algum ou todos os representantes dos concorrentes não impede a realização do sorteio.
6. O sorteio realizar-se-á através da extração de cupões com a designação dos concorrentes cujas propostas se encontrem empatadas, sendo que a extração dos cupões corresponderá à ordenação das propostas.
7. Do sorteio será lavrada ata a assinar por todos os presentes.

Artigo 18 º

Adjudicação

A adjudicação é feita por Lote.

Artigo 19 º

Motivos de exclusão da(s) proposta(s)

Sem prejuízo das causas de exclusão previstas na lei, configuram motivos de exclusão, designadamente:

- a) O não preenchimento integral dos formulários que integram os Anexos ao presente Programa;



- b) A não verificação da experiência mínima dos Perfis dos elementos das equipas, referidos no parágrafo IX, ponto 8 da parte II do Caderno de Encargos

Artigo 20º

Notificação da Adjudicação e documentos de habilitação

1. A decisão de adjudicação é notificada, juntamente com o Relatório Final, em simultâneo a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:
 - a) Apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP, a saber:
 - i) Declaração conforme modelo constante do Anexo III ao presente Programa do concurso;
 - ii) Certidões, ou disponibilização dos respetivos códigos de acesso para a consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - a. Situação regularizada relativamente a dividas por impostos ao Estado Português;
 - b. Situação regularizada relativamente a dividas por contribuições para a Segurança Social;
 - c. Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE).
 - iii) Certidão do registo criminal da empresa e dos titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - iv) Certidão permanente, ou o respetivo código, que permita comprovar a titularidade dos órgãos sociais.
 - b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Pronunciar-se sobre a minuta de contrato.
3. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento os documentos de habilitação previstos no número anterior devem ser apresentados por todos os seus membros.
4. Os documentos de habilitação referidos nos números anteriores devem ser redigidos em língua portuguesa ou no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o adjudicatário declare a respetiva prevalência sobre os originais.

Artigo 21º



Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação caduca quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não entregue a documentação prevista no artigo anterior no prazo fixado para o efeito, ou quando não entregue essa documentação em língua portuguesa ou acompanhada de tradução devidamente legalizada e com declaração de prevalência sobre o original.
2. Verificado um facto que, nos termos do n.º anterior determine a caducidade da adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário em relação ao qual o facto ocorreu, concedendo um prazo de 3 (três) dias para se pronunciar ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Em função das razões invocadas e se estas não forem imputáveis ao adjudicatário, pode a entidade adjudicante conceder prazo adicional, não superior a três dias, para supressão das irregularidades, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Verificada a caducidade, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 20º

Despesas com a elaboração da proposta e a celebração do contrato

Correm por conta do prestador de serviços as despesas inerentes à elaboração da proposta e à celebração do contrato.

Artigo 21º

Legislação aplicável

O presente procedimento pré-contratual é regulado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação em vigor.



Anexo I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

A preencher eletronicamente em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>



Anexo II – MODELO DE PROPOSTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 10º, nº 1 alínea b) e do nº 4 do Programa do Concurso, a proposta tem de encontrar-se organizada de acordo com a estrutura do presente Modelo de Proposta e integrar todos os elementos nele referenciados, salvo se existir algum aspeto não aplicável ou inexistente e que deve, como tal, ser expressamente declarado, sob pena de ser considerado em falta.

Todos os requisitos constantes das Especificações Técnicas são obrigatórios e o seu não cumprimento, bem como a omissão dos elementos constantes do presente Modelo constituem fundamento de exclusão.

Os aspetos indicados no presente Modelo podem ser complementados ou desagregados, mas nunca omitidos. Em caso de contradição na explanação dos atributos, prevalecem as declarações que privilegiem o cumprimento dos requisitos do Caderno de encargos. Em caso de contradição entre elementos necessários para a aplicação do critério de avaliação **a proposta será excluída**.

MODELO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

Onde o concorrente apresenta o seu entendimento dos trabalhos e serviços a prestar e outros conteúdos que considere pertinentes como introdução à sua proposta.

CAPÍTULO 2 – SERVIÇOS PROPOSTOS

Neste capítulo, o concorrente deve demonstrar a adequação da proposta aos requisitos e especificações descritos na Parte II do Caderno de Encargos.

Para tal, o concorrente deve:

1. Descrever as principais atividades técnicas do serviço;
2. Descrever o modelo de outputs do projeto;
3. Descrever detalhadamente as funcionalidades obtidas em função da implementação dos serviços descritos nos requisitos;

CAPÍTULO 3 – IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

Neste capítulo, o concorrente deve demonstrar a adequação da proposta aos requisitos de implementação da parte II do Caderno de Encargos. Para tal, o concorrente deve:

1. Descrever a metodologia de execução do projeto, detalhando atividades, resultados, responsabilidade e interdependência.
2. Apresentar o cronograma previsto para a implementação do projeto



3. Descrever o plano para capacitar e garantir passagem de conhecimento às equipas em cada entrega.

CAPÍTULO 4 – ORGANIZAÇÃO E EQUIPA DO PROJETO

A proposta deverá apresentar e descrever:

1. A estrutura organizativa da equipa e demais intervenientes e a constituição da equipa afeta à execução do contrato.
2. Para cada elemento da equipa, o seu perfil, formação académica, principais competências, a função e responsabilidades que desempenhará na equipa prevista bem como as certificações definidas no Caderno de Encargos por perfil.
3. A informação acima prestada deve ser acompanhada com a entrega de *curriculum vitae* atualizado.

CAPÍTULO 5 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS

Neste capítulo, a proposta deve apresentar os seguintes elementos relativos às condições financeiras:

1. O Preço global do serviço, ou seja, o preço a pagar pela Cocontratante pela execução de todos os serviços objeto do contrato a celebrar;
2. Preço global do Serviço de Desenvolvimento Aplicacional.

Os preços deverão ser indicados sem IVA e com IVA, se aplicável, em numeral e por extenso. Em caso de contradição, prevalecem os valores indicados por extenso.



Anexo III - MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para a Agência, I.P., de acordo com os fatores de ponderação a seguir descritos.

As propostas são avaliadas de acordo com o seguinte modelo:

- a) **Experiência da Equipa (E)**, com ponderação de 30%;
- b) **Metodologia (M)**, com ponderação de 50%;
- c) **Preço (P)**, com ponderação de 20%.

A Pontuação do Concorrente será igual ao somatório dos fatores: E + M + P, obtida através da fórmula:

$$(E*30\%) + (M*50\%) + (P*20\%)$$

A pontuação de cada Fator e a Pontuação do Concorrente serão arredondadas à segunda casa decimal.

FATORES E SUBFATORES DE AVALIAÇÃO

E – AVALIAÇÃO DO FATOR EXPERIÊNCIA

O fator Experiência da Equipa (E) será obtido através dos seguintes subfatores e respetiva ponderação:

Subfatores	Ponderação	Escala
Experiência do Gestor de Projeto (pEgp)	20%	20-100
Experiência do Consultor Sénior (pEcs)	30%	20-100
Experiência do Consultor (pEc)	25%	20-100
Experiência do Consultor Tecnológico (pEct)	25%	20-100



Total:	100%	
--------	------	--

A pontuação no fator resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$E=[(pEgp \times 0,2) + (pEcs \times 0,3) + (pEc \times 0,25) + (pEct \times 0,25)]$$

Em que:

- pEgp, pEcs, pEc e pEct são a pontuação relativa ao subfator experiência de cada um dos perfis indicados, de acordo com as tabelas seguintes:

a. **Experiência do Gestor de Projeto (pEgp):**

Escala	Descrição
Fraco = 20 pontos	O Gestor de Projeto tem experiência na coordenação e gestão de pelo menos 2 projetos de natureza similar ao da presente contratação de serviços.
Suficiente = 40 pontos	O Gestor de Projeto tem experiência na coordenação e gestão de pelo menos 3 projetos de natureza similar ao da presente contratação de serviços
Bom = 60 pontos	O Gestor de Projeto tem experiência na coordenação e gestão de pelo menos 4 projetos de natureza similar ao da presente contratação de serviços
Muito Bom = 80 pontos	O Gestor de Projeto tem experiência na coordenação e gestão de pelo menos 5 projetos de natureza similar ao da presente contratação de serviços e pelo menos 1 projeto no contexto da gestão de fundos comunitários.
Excelente = 100 pontos	O Gestor de Projeto tem experiência na coordenação e gestão de pelo menos 5 projetos de natureza similar ao da presente contratação de serviços e pelo menos 1 projeto no contexto da gestão de fundos comunitários.

b. **Experiência do Consultor Sênior (pEcs):**

Escala	Descrição
Fraco= 20 pontos	O Consultor Sênior tem experiência em pelo menos 2 projetos de idêntica natureza ao da presente contratação
Suficiente = 40 pontos	O Consultor Sênior tem experiência em pelo menos 3 projetos de idêntica natureza ao da presente contratação
Bom = 60 pontos	O Consultor Sênior tem experiência em pelo menos 4 projetos de idêntica natureza ao da presente contratação



Muito Bom = 80 pontos	O Consultor Sênior tem experiência em pelo menos 5 projetos de idêntica natureza ao da presente contratação
Excelente = 100 pontos	O Consultor Sênior tem experiência em pelo menos 5 projetos de idêntica natureza ao da presente contratação e pelo menos 1 projeto no contexto da gestão de fundos comunitários

c. **Experiência do Consultor (pEc):**

Escala	Descrição
Fraco= 20 pontos	O Consultor tem experiência em pelo menos 1 projeto de idêntica natureza ao da presente contratação
Suficiente = 40 pontos	O Consultor tem experiência em pelo menos 2 projetos de idêntica natureza ao da presente contratação
Bom = 60 pontos	O Consultor tem experiência em pelo menos 3 projetos de idêntica natureza ao da presente contratação
Muito Bom = 80 pontos	O Consultor tem experiência em pelo menos 4 projetos de idêntica natureza ao da presente contratação
Muito Bom = 100 pontos	O Consultor tem experiência em pelo menos 5 projetos de idêntica natureza ao da presente contratação

d. **Experiência do Consultor Tecnológico (pEct):**

Escala	Descrição
Fraco= 20 pontos	O Consultor Tecnológico tem experiência em pelo menos 1 projeto de natureza similar, através de desenvolvimento aplicativo em Outsystems
Suficiente = 40 pontos	O Consultor Tecnológico tem experiência em pelo menos 2 projetos de natureza similar, através de desenvolvimento aplicativo em Outsystems
Bom = 60 pontos	O Consultor Tecnológico tem experiência em pelo menos 3 projetos de natureza similar, através de desenvolvimento aplicativo em Outsystems
Muito Bom = 80 pontos	O Consultor Tecnológico tem experiência em pelo menos 4 projetos de natureza similar, através de desenvolvimento aplicativo em Outsystems
Excelente = 100 pontos	O Consultor Tecnológico tem experiência em pelo menos 5 projetos de natureza similar, através de desenvolvimento aplicativo em Outsystems



O fator metodologia de abordagem (M) avalia a abordagem metodológica de implementação proposta pelo Concorrente e será obtido através dos seguintes subfactores:

Abordagem metodológica de implementação:

Escala	Descrição
20 Fraca = 20 pontos	A metodologia apresentada é descrita de forma genérica ou não se adequa às características dos serviços a prestar.
Suficiente = 40 pontos	A metodologia apresentada é adequada ao tipo de serviços a prestar, mas não apresenta detalhe na contextualização ao mesmo.
Bom = 60 pontos	A metodologia é adequada e apresenta de forma detalhada a sua contextualização aos serviços a prestar, mas o detalhe não abrange a totalidade dos tipos de tarefas a realizar.
Muito Bom = 80 pontos	A metodologia é adequada e apresenta de forma detalhada a sua contextualização para a totalidade dos serviços a prestar, evidenciando-a para cada um dos tipos de tarefas a realizar.

P – AVALIAÇÃO DO FATOR PREÇO

O fator preço será apurado tendo por referência a seguinte fórmula:

$$P = [5 - 4 * (P_{\text{proposta}}/P_{\text{base}})] * 20$$

Em que:

P = fator preço

Pproposta = preço da proposta em avaliação

Pbase = preço-base do concurso



Anexo IV – Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) nº 1 do artigo 81º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.